

Gabinete do Conselheiro Sebastião Cezar Colares

PROCESSO: 202101436-00

MUNICÍPIO: Barcarena

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal

EXERCÍCIO: 2021

RESPONSÁVEIS: José Renato Ogawa Rodrigues - Prefeito

Thaís Silva Quaresma - Presidente da CPL

Milson Paulo Moraes Altenhofen – Controlador Interno

ASSUNTO: Suspensão do Processo Licitatório - Pregão Eletrônico nº 9-

003/2021 — Determinação de Medida Cautelar.

MEDIDA CAUTELAR - SUSTAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO (DECISÃO MONOCRÁTICA)

CONSIDERANDO a Informação de nº 132/2021 elaborada pela 2ª Controladoria/TCM-Pa, onde destaca indícios de irregularidades no Relatório de análise preliminar do **Pregão Eletrônico nº 9-003/2021**, que tem como objeto a aquisição de gêneros alimentícios a serem utilizados nas unidades que compõem a Secretaria de Saúde de Barcarena, cuja abertura é dia 23.02.2021;

CONSIDERANDO o descumprimento da Resolução nº 11.535/2014/TCM-PA e alterações, dada a publicação de parte da documentação mínima no mural de licitação deste TCM-Pa;

CONSIDERANDO a possibilidade de ser expedida Medida Cautelar por este Tribunal de Contas, nos termos do art. 95 da Lei Complementar nº 109/2016, quando houver fundado receio de grave lesão ao erário ou risco de ineficácia de suas decisões de mérito:

DETERMINO CAUTELARMENTE a sustação do **Pregão Eletrônico nº 9-003/2021**, com base no art. 340, II c/c 341, II, do RITCM/PA até ulterior deliberação deste Tribunal de Contas, dada a competência dos Tribunais de Contas de zelar pela fiscalização e interesse público, na busca pela máxima eficiência e eficácia de sua atuação, tendo, portanto, aplicação imediata e fixo o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para que o gestor da Prefeitura Municipal de Barcarena, Sr. **José Renato Ogawa**



Gabinete do Conselheiro Sebastião Cezar Colares Rodrigues, a Presidente da CPL, Sra. Thais Silva Quaresma e o Controlador Interno, Sr. Milson Paulo Moraes Altenhofen:

- 1. Façam a inserção de toda a documentação exigida pela Resolução nº 11.535/2014 e alterações, relativa ao Pregão Eletrônico nº 9-003/2021;
- 2. Se manifestem, caso queiram, sobre os itens apontados na Informação nº 132/2021/2ª CONTROLADORIA /TCM-PA.

DETERMINO ainda, que seja cientificada a Prefeitura Municipal de Barcarena, na pessoa de seu gestor sobre a Medida aplicada, devendo o mesmo encaminhar no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a este Tribunal de Contas, a comprovação da sustação do procedimento licitatório devidamente publicada na Imprensa Oficial.

DETERMINO, ainda aplicação de multa diária de 1.000 (mil) UPFPA, em caso de descumprimento desta decisão, de acordo com o art. 699, do RITCM/PA.

Belém, 22 de fevereiro de 2021.

SEBASTIAO CEZAR LEAO
COLARES:20729731200

Assinado de forma digital por SEBASTIAO CEZARLEAO
COLARES:2079731200

ON. C-RR. on/CP. Brasil, out-Secretaria da Recella Federal do
Brasil - RFB, out-RFB e C-FF AJ, out-VALID, out-AR CERTIFICAR
con-SEBASTIAO CEZARLEAO COLARES:2079731200
Dadois, 2017, 102, 211, 112, 44, 49300

Conselheiro Sebastião Cezar Leão Colares Relator



MUNICÍPIO : BARCARENA

ÓRGÃO : PM

ASSUNTO : SRP ORIGINÁRIO DE PREGÃO ELETRÔNICO N. 9-003/2021-

EXERCÍCIO : 2021

ORDENADOR : José Renato Ogawa Rodrigues – Prefeito – CPF n. 259.152.902-72

PRESIDENTE CPL: Thais Silva Quaresma – CPF n. 633.857.592-34

RELATOR : CONSELHEIRO CEZAR COLARES

INFORMAÇÃO N° : 132/2021 − 2ª CONTROLADORIA / TCM/PA

EMENTA: Mural de Licitações. Análise Preliminar por Amostragem. Exercício 2021. Aquisição de Gêneros Alimentícios. Descumprimento da Resolução n. 11.535/14. Necessidade de esclarecimentos. Ausência de Justificativa. Valor de Referência de alguns Itens acima valor de mercado.

I - RELATÓRIO

Trata-se da análise preliminar do procedimento Licitatório – PREGÃO ELETRÔNICO N. 9-003/2021 realizado pelo MUNICÍPIO DE BARCARENA/PA, publicado, em 04/02/2021, no Diário Oficial da União – DOU – Edição 24 - página 172, que tem como objeto a aquisição de gêneros alimentícios a serem utilizados nas unidades que compõem a Secretaria de Saúde de Barcarena.

O certame tem como previsão de abertura o dia 23 de fevereiro de 2021 e apresentou como valor total de referência R\$ 1.067.407,20 (um milhão, sessenta e sete mil, quatrocentos e sete reais e vinte centavos).

COMPROVAÇÃO DE PUBLICAÇÃO:



AVISO DE LICITAÇÃO PREGAO ELETRÓNICO N 9-003/2021

stender a secretaria municipal de administração e tesquiro do municipio de Barcarena Abertura (17.11-17.11-17.11). Den uma la compressação e tesquiro do municipio de Barcarena Abertura (17.11-17.11-17.11). Den uma la compressação dos natros des maios estadades dos natros des maios estadades dos natros des maios estadades de contrator de compressão de contrator de contrator (CPL) são a Prefe fun Municipio de acesta localizada na Avenida Congressão de Contrator (CPL) são a Prefe fun Municipio de acesta localizada na Avenida Congressão de Savera n. 438. Pretaba da Prefebrira Berra Comercial CEP de 445 COU Barcarena, Pa

Barcarena Pa. 1 de fevereiro de 2021



II. LEGISLAÇÃO E REGULAMENTOS ATINENTES À MATÉRIA

- ✓ Constituição Federal CF;
- ✓ Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, que dispõe sobre as normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- ✓ Resolução n. 11.535/14 e alterações.

III. DA ANÁLISE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Após análise preliminar, destacamos abaixo indícios de irregularidades no SRP-PE 9-003/2021, que deverão ser objeto de defesa. Sendo eles:

1. <u>Descumprimento da Resolução n. 11.535/14 - Não publicação da documentação</u> <u>Mínima no Mural de Licitações.</u>

De acordo com o Sistema Mural de Licitações, os documentos obrigatórios da fase de "Divulgação" e "Resultado" não foram apresentados em sua integralidade, ocasionando o descumprimento da Resolução nº 11.535/14 e alterações c/c artigo 38 da Lei 8.666/93.

Citada inobservância normativa acarreta prejuízo quanto ao exame de regularidade do referido procedimento licitatório. Estão pendentes de apresentação dos seguintes documentos: (1) Justificativa; (2) Parecer do controle Interno.

2. DA AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA QUANTO A NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DESOBEDIÊNCIA AO ART. 38 DA LEI N. 8.666//93. Desobediência ao art. 3°, I da Lei nº 10.520/02, arts. 8°, III, "b", IV e 21, I, do Decreto nº 3.555/00 e art. 2°, caput, e parágrafo único, VII, da Lei nº 9.784/99.

Não consta justificativa fundamentada dos quantitativos requisitados, tais como demonstrativo de consumo dos exercícios anteriores, relatórios do almoxarifado e/ou outros dados objetivos que demonstrem o dimensionamento adequado da aquisição/contratação/custo.



Pelo contrário, estabeleceu uma lista fechada sem qualquer orientação quanto a necessidade que lhe acomete, bem como a correta quantificação do objeto a ser licitada, demonstrando não possuir nenhum mecanismo de planejamento e controle.

Exibir um documento denominado JUSTIFICATIVA apenas afirmando que a aquisição é para atendimento de necessidades da PM de Barcarena, por si, não justifica referidas aquisições nos moldes em que se encontram.

Há necessidade de justificativa do quantitativo a ser adquirido, comprovando, desta forma, a necessidade da aquisição, devendo ser indicado o porquê precisa e a quantidade necessária do item, além do consumo previsto e de como será utilizado.

Todas as contratações, sejam as realizadas diretamente ou por meio de licitação, demandam uma estimativa prévia da quantidade e valor do que será adquirido, a fim de se evitar o apontamento de elementos desnecessários ou irrelevantes ao uso que a Administração pretende dar a tal objeto.

Não sendo o caso de despesa rotineira, ou se o órgão não dispuser de dados organizados relativos às contratações idênticas realizadas nos anos anteriores, o setor responsável pelo pedido deve apresentar elementos que demonstrem a razão pela qual há a necessidade da contratação e do quantitativo solicitado.

A indicação de uma lista fechada, sem comprovação de estimativa de quantidade, gera dúvida de como o Gestor chegou ao quantitativo indicado no termo de referência dos itens. No caso sob análise podemos listar inúmeros exemplos questionáveis quanto a determinação da necessidade das seguintes quantidades:

- 180 quilos de tempero completo;
- 3.000 litros de azeite de oliva;
- 500 latas de leite condensado;
- 6.400 pacotes de 200g de leite em pó.



O que justificaria uma Prefeitura Municipal licitar frango, carne bovina, azeite, colorau, dentre outros?

Entende-se não haver nenhum impeditivo legal ou principiológico constitucional para que o Poder Público possa custear pequenos lanches ou até mesmo refeições nos eventos que realiza, desde que haja vinculação à viabilização da atividade finalística do órgão ou entidade pública promotora do evento. Sendo irregular a realização desse tipo de gasto em finalidades que não se coadunem com as atividades precípuas do órgão.

Há uma aparente discricionariedade do Gestor na determinação do objeto a ser licitado, porém torna-se imprescindível que, antes de se decidir por uma contratação, o gestor público avalie e demonstre diligentemente nos autos a sua efetiva e real necessidade, considerando os princípios, de observância obrigatória, que regem a aplicação dos recursos públicos, insculpidos no caput do art. 37 da Constituição federal e no art. 2º da Lei nº 9.784/99, em especial, os princípios da moralidade, razoabilidade, motivação, eficiência e atendimento ao interesse público.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

LEI Nº 9.784/99

Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência. (grifou-se)



Não há motivação ou justificativa da PM de Barcarena quanto a aquisição de tais produtos. Nesse sentido manifesta-se o Tribunal de Contas da União – TCU :

Acórdão nº 473/2009-Plenário, TC 013.456/2005-6, rel. Min. Raimundo Carreiro, 18/03/2009. SUMÁRIO (...) 3. É irregular a realização de despesas não vinculadas à atividade fim do órgão/entidade com solenidades, festividades, eventos comemorativos e quaisquer congêneres, e a conseqüente impossibilidade de se realizar despesas desta natureza à conta dos cofres públicos em virtude da falta de amparo legal. (...) (grifou-se)

Informativo de Jurisprudência sobre Licitações e Contratos nº 26 Em razão de diversas irregularidades detectadas anteriormente, em sede de processo de denúncia, vários responsáveis do Conselho Regional de Administração no Estado do Rio de Janeiro - CRA/RJ - intentaram recurso de reconsideração junto ao Tribunal. Uma das irregularidades discutidas no recurso referia-se à contratação de fornecimento de lanches, refeições e coquetéis. No entender do relator, " gastos com lanches ou coffee breaks oferecidos durante eventos, seminários ou reuniões realizados no âmbito de um órgão ou entidade, por vezes, são justificáveis, pois relacionados às atividades do órgão ". Todavia, no caso examinado, o relator, citando o relator do acórdão recorrido, enfatizou que "além do fornecimento de refeições diárias para os seus empregados, contratou-se o fornecimento diário não só de água, café e lanches, mas de jantares semanais para os participantes das reuniões do Conselho, de festas de fim de ano, com cardápio especial, de garçons para servir, entre outros. Trata-se, portanto, de duas contratações totalmente dissociadas dos objetivos do CRA/RJ e pagas com recursos do Conselho, o que fere o princípio da legalidade". Assim, por entender que esta e as demais irregularidades detectadas anteriormente continuaram não elididas, o relator, com a anuência do Plenário, negou provimento aos recursos de reconsideração. Acórdão n.º 1730/2010-Plenário, TC-000.303/2010-5, rel. Min. Benjamin Zymler, 21.07.2010. (grifo nosso)

Acórdão nº 1386/2005-Plenário, TC 001.722/2003, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues. ACÓRDÃO (...) 9.6.5. abstenha-se de realizar despesas com festividades, eventos comemorativos, lanches e refeições para servidores, conselheiros e convidados, presentes, brindes e outras congêneres, incompatíveis com as finalidades institucionais da entidade; (grifo nosso)



Há que se ter a necessária justificativa da necessidade a ser atendida, tendo sempre como baliza o interesse público. Desta feita deverá o ordenador da PM de Barcarena justificar a aquisição dos itens acima relacionados uma vez que não estão relacionados a atividade-fim do órgão.

No mais, caso comprove e justifique referida aquisição e, por se tratarem de bens consumíveis de necessidade corrente do órgão, qual seja gêneros alimentícios, que por sua previsibilidade permitem o planejamento da contratação, a melhor maneira de justificar a quantidade contratada seria por meio de mapa de consumo de exercícios anteriores, indicando quais dados foram utilizados para este cálculo, além de comprovar a necessidade do quantitativo de cada item a ser contratado e indicação dos quantitativos contratados, nos três anos anteriores, de cada item.

Ainda, não caberá a alegação de que por se tratar de Registro de Preços há o permissivo de inserção de um numerário sem qualquer orientação quanto a necessidade que lhe acomete é admitir que o referido ente municipal não possui nenhum mecanismo de planejamento e controle.

O SRP – sistema de Registro de Preços, consubstancia-se num procedimento destinado a contratações futuras, quando não for possível estabelecer, previamente, o quantitativo exato de atendimento das necessidades da Administração ou quando a aquisição demanda entrega ou fornecimento parcelado.

Porém, a Administração não poderá valer-se disso em detrimento dos fornecedores, indicando quantidades equivocadas, uma vez que tal conduta apenas afastará os bons fornecedores, face a perda da confiabilidade na Administração.

Assim, é de fundamental importância que a Administração efetue estudos e verificações acerca do consumo do objeto que será licitado. Cabe ao Gestor indicar o estudo efetuado para a quantificação especificada para os itens da Ata de Registro de Preços a fim de ser apurado se houve um mal dimensionamento dos itens e consequentemente desperdício de dinheiro público.

E mais, há de se considerar que comparando-se, hipoteticamente, os preços obtidos nas licitações realizadas para registro de preços e os decorrentes de licitações em sua forma ordinária,



tendo como referência o mesmo objeto, os valores podem se apresentar em patamares superiores ao obtido na licitação sem registro de preços, isto se deve face a incerteza de que a empresa vencedora no certame será fornecedora da Administração, além da manutenção obrigatória do preço registrado por até 01 (um) ano.

No caso concreto, constatou-se abertura do procedimento sem que se apresentassem as justificativas ao quantitativo pleiteado e até mesmo à necessidade de contratação do objeto indicado pela Administração.

Vale dizer que as estimativas das quantidades a serem contratadas são exigidas em diversas normas: Lei nº 8.666/1993 (art. 6º, inciso IX, alínea "f', art. 7º, § 4º, art. 15, § 7º, I e II); Decreto nº 7.892/2013 (art. 5º, inciso II, art. 6º e art. 9º, incisos II e II); e Instrução Normativa SLTI/MP 4/2014 (art. 14, inciso II c/c art. 16, inciso II).

Além disso, a jurisprudência do TCU costumeiramente emite julgados em que alerta para a necessidade de planejamento da contratação, "incluindo os procedimentos relativos à intenção de registro de preços e à estimativa de quantidades a serem adquiridas, devidamente justificada e baseada em estudos técnicos preliminares e elementos objetivos", a exemplo dos acórdãos 757/2015, 3.137/2014 e 392/2011, todos do Plenário.

3) DA PESQUISA DE PREÇOS INADEQUADA — O valor de referência de vários itens a serem licitados por meio do Pregão Eletrônico 9-005/2021 estão acima do valor de mercado.

O procedimento licitatório visa a seleção da proposta mais vantajosa para a administração. Para tanto deve o Gestor seguir procedimentos com o fim único de "contratar adequadamente".

Um dos aspectos relevantes a se considerar é a realização da pesquisa de mercado, indispensável para verificação de recursos a cobrir as despesas, bem como para servir de parâmetro no exame das propostas apresentadas.

Quanto maior o valor estimado, maior o valor homologado. Estimativas acima do valor de mercado tendem a gerar propostas mais caras o que caracteriza prejuízo ao Erário.



Chama a atenção a disparidade entre os valores apurados em alguns itens registrados na planilha de custo anexada pelo ordenador no Mural do Jurisdicionado e os valores praticados no mercado evidenciando contratação antieconômica.

Em comparação com outros certames realizados neste início do exercício de 2021, identificamos s majoração a seguir exposta.

	RELATÓRIO DE	E PESQUISA DE P	REÇOS	
Especificação do	SRP PE 9-001/2021	PAINEL DE	SRP PE 9-	SRP PE 9-
Produto	FMS	PREÇOS	005/2021	003/2021
	BARCARENA		FMAS	PM
			BARCARENA	BARCARENA
	Valor Médio em R\$			
Arroz agulhinha	6,95	5,03	4,25	5,98
Leite (pct 200gramas)	6,02	4,97	5,83	8,03
Café 250g	6,56	3,63	4,23	5,76
Achocolatado 400g	6,29	4,54	5,11	8,60
Adoçante 100ml	6,52	5,54	5,13	4,93
Azeite 250ml	30,10	16,71	10,76	27,98
Macarrão Espaguete	3,35	3,60	3,88	3,24

Importante observar que o valor de referência sofreu alteração em todos os órgãos da PM de Barcarena, isto com pesquisas realizadas quase no mesmo período, visto que a diferença na data de abertura entre os procedimentos listados não chega a 15 dias.

O SRP PE 9-001/2021 será realizado em 01/03/2021, enquanto o SRP PE 005/2021, em 25/02/2021 e o SRP PE 9-003/2021 em 23/02/2021. Não há justifica para a diferença apresentada nos valores de referência.

O valor médio estimado de gasto para a contratação sob análise encontra-se acima dos valores praticados no mercado, isto porque foram utilizados referência de pesquisa além do que o



mercado permite. A tendência no caso é atrair propostas de preço mais elevadas, podendo resultar em compra antieconômicas, especialmente em caso de menor competitividade ou fornecedor único.

Assim, deverá o jurisdicionado <u>ampliar a pesquisa de mercado</u>, buscando outras fontes de referência.

CONCLUSÃO

Considerando as falhas detectadas; Considerando a abertura dos envelopes no dia 23 de fevereiro de 2021, impõem-se a necessidade deste TCM/Pa exercer sua competência de controle externo prévio incidindo sobre as minutas de editais de licitação, bem como de seus anexos, no decorrer do certame, prevenindo, desta forma, a ocorrência de prejuízos ao Erário e a Sociedade;

Recomenda-se que as irregularidades apontadas sejam comunicadas ao Ordenador de Despesa da PM de Barcarena/Pa, a Comissão de Licitação (pregoeiro) responsáveis pelos procedimentos licitatórios, além do Controle Interno para o exercício do contraditório e ampla defesa, nos termos do art. 5°, LV da CF e da Súmula n. 3 do STF.

É a análise que faz esta 2ª Controladoria.

Belém (Pa), 18 de fevereiro de 2021.

Analista:

Viviane Costa Coelho Passarinho

Analista de Controle Externo - Matrícula: 5000000622

Confere (m):

Diego Estácio

Maria do Socorro Pessoa da Silva

CONTROLADOR ADJUNTO/ 28 CONTROLADORIA

CONTROLADORA/ 2ª CONTROLADORIA



OFÍCIO Nº 053/2021 - GAB PMB

Barcarena (PA), 25 de fevereiro de 2021.

Ao Exmo. Senhor

SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES

MD. Conselheiro do C. Tribunal de Contas dos Municípios do Estado Do Pará Relator das Contas da Prefeitura Municipal de Barcarena – quadriênio 2021/2024. Nesta.

Ref.: <u>Processo nº 202101436-00 – MEDIDA CAUTELAR DE</u> <u>SUSTAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO</u>

Manifestação sobre itens apontados na Informação nº 132/2021/2ª Controladoria/TCM-PA.

Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator.

Valemo-nos do presente para cumprimenta-lo e na mesma oportunidade, considerando a decisão proferida em Medida Cautelar de Sustação de Processo Licitatório nº 202101436-00, consubstanciada na Informação nº 132/2021, elaborada em 18/02/2021 pela 2ª Controladoria/TCM-PA, apresenta sua manifestação quanto aos itens apontados, o que o faz nos termos seguintes:

Saliento que a presente manifestação mostra-se tempestiva, visto que a ciência quanto à decisão de sustação do Pregão Eletrônico nº 9-003/2021 foi dada aos ora subscritores às 11:30h, do dia 23/02/2021, através do *e-mail* institucional da prefeitura de Barcarena – PA, e a presente manifestação é apresentada antes de expirada as 48h (quarenta e oito horas) fixadas por este Relator.

Como já adiantado, este Relator determinou cautelarmente a sustação do Pregão nº 9-003/2021, da Prefeitura Municipal de Barcarena, pois, segundo Informação nº 132/2021/2ª Controladoria/TCM-PA, deixaram-se de observar algumas formalidades legais





que, em tese, viciariam o certame, assim o fazendo com vistas a evitar grave lesão ao erário ou risco de ineficácia de suas decisões de mérito.

Na Informação nº 132/2021/2ª Controladoria/TCM-PA, foram apontadas, topicamente, as seguintes irregularidades:

- 1. Descumprimento da Resolução nº 11.535/14 Não Publicação da documentação mínima no Mural de Licitações;
- 2. Ausência de Justificativa quanto a necessidade de Contratação Desobediência ao art. 38, da Lei nº 8.666/93;
- 3. Pesquisa de preços Inadequada.

Trataremos cada um isoladamente para boa compreensão deste Conselheiro quanto aos esclarecimentos ora apresentados.

1. Quanto ao Descumprimento da Resolução nº 11.535/14 - Não Publicação da documentação mínima no Mural de Licitações, ousamos discordar, em parte, do apontamento de irregularidade feito pela equipe técnica desta Controladoria, considerando que, no dia 04/02/2021, todos os documentos gerados até o momento (saliente-se que não fora realizada a sessão de Pregão Eletrônico 9-003/2021, ante a determinação de sustação do processo) já haviam sido inseridos no sistema (Mural de Licitações) deste TCM-PA, em seguida de sua prática, nos termos da resolução nº 11.535/14/TCM-PA.

A justificativa de contratação foi anexada no dia <u>08 de fevereiro de 2021</u>, qual seja, o Ofício nº 713/2020 – SEMAT.

O Parecer do Controle Interno, segundo consta do inciso VIII, do art. 6°, da Resolução nº 11.535/2014/TCM-PA, é documento que trata de regularidade do processo que é emitido após a prática de quase todos os atos do processo! Vejamos o que diz o referido dispositivo legal:

Art. 6°. A apresentação eletrônica dos procedimentos de licitações, dispensas e inexigibilidades, bem como dos contratos e termos aditivos decorrentes, deverão ser encaminhados no Mural, atendendo aos seguintes prazos:

I – na mesma data do envio das cartas-convite aos licitantes, na modalidade Convite;





II – na data da publicação do extrato do edital no Diário Oficial nas modalidades, Tomada de Preços, Concorrência Pública, Concurso, Leilão e Pregão;

III – na data da publicação dos respectivos despachos de ratificação do procedimento, pelo Ordenador, nas dispensas e inexigibilidades, nos termos do art. 26, da Lei n.º 8.666/93;

IV – na data da publicação do contrato decorrente, na adesão à Ata de Registro de Preços;

V – com até 24h (vinte e quatro horas), após os julgamentos realizados pela Comissão de Licitação, nos casos de impugnações; habilitações; propostas e recursos.

VI – até a data de homologação do resultado, para o encaminhamento integral dos processos licitatórios, de dispensa e de inexigibilidade;

VII – na data da publicação do extrato dos contratos e termos aditivos;

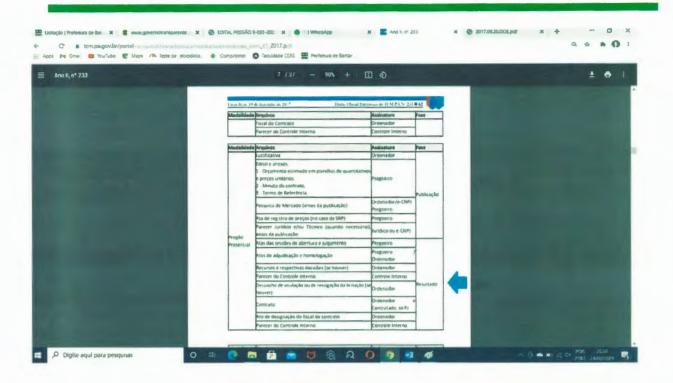
VIII – com até 24h (vinte e quatro horas), após a emissão do <u>Parecer Final</u> de Regularidade do Controle Interno.

Aliado a isso, segundo consta no anexo II, da Resolução administrativa nº 43/2017/TCM-PA, por ser documento referente a fase de resultado, o Parecer só deve ser inserido no sistema após a realização da sessão pública! Vejamos o que diz o referido dispositivo legal:

ANEXO II: Altera a redação do ANEXO II, da Resolução n.º 29/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação: ANEXO II: Relação de Assinaturas Eletrônicas Obrigatórias Nos termos do art. 12, desta Resolução, as informações e documentos eletrônicos protocolados, via Mural de Licitações, deverão, obrigatoriamente, conter assinatura e autenticidade por certificação digital, sendo de inteira responsabilidade dos usuários indicados o conteúdo das informações prestadas e documentos apresentados, obedecendo aos seguintes critérios:





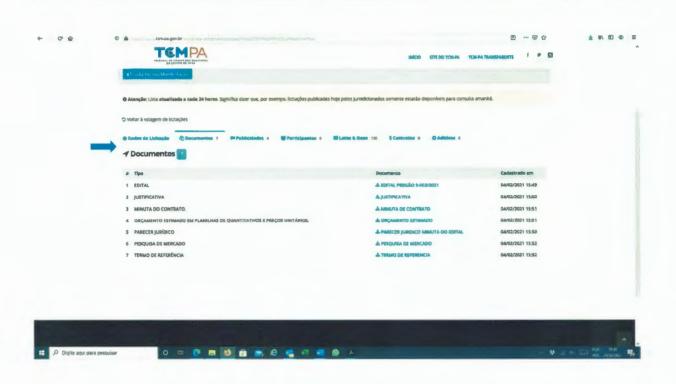


Segundo o edital e os atos convocatórios devidamente publicados e inseridos no Mural de Licitações, a sessão do Pregão Eletrônico nº 9-003/2021 somente se realizaria no dia 23/02/2021.

Assim o sendo, apenas se iniciou a sessão do Pregão, contudo teve que ser suspenso antes do seu termino em virtude do recebimento no e-mail institucional da prefeitura a decisão aplicando a medida cautelar de suspensão do referido certame, com isso, não há que se falar em Parecer do Controle interno a ser anexado no mural de licitações, como apontou a Informação nº 132/2021/2ª Controladoria/TCM-PA. Vejamos o que consta do mural de licitações:







Assim, temos que o mote previsto na Resolução nº 11.535/14/TCM-PA e suas alterações foi integralmente alcançado.

2. Quanto à Ausência de Justificativa quanto a necessidade de Contratação – Desobediência ao art. 38, da Lei nº 8.666/93, esta encontra-se lançada no Mural de Licitações desde o dia 04/02/2021, quando foi anexado o Oficio nº 713/2020 – SEMAT.

Cabe aqui esclarecer que quanto à necessidade de contratação, Ofício nº 713/2020 - SEMAT foi bastante claro e preciso. Disse o Sr. Secretário Municipal de Administração e Tesouro:

Venho por meio deste, encaminhar o termo de referência para aquisição de Gêneros de Alimentação, para manutenção da Secretaria municipal de Administração e demais vinculadas, onde serão utilizados em solenidades, seminários, encontros, reuniões, palestras, cursos, conferência, treinamentos, oficinas, workshops e outros eventos e capacitações.



A despeito de os técnicos desta Controladoria entenderem que a justificativa acima não é suficiente, *data máxima vênia*, entendemos que justifica, sim a necessidade da contratação.

Quanto a justificativa de uma Prefeitura Municipal de adquirir certos gêneros alimentícios é bem simples, Senhor Conselheiro, a necessidade premente lançada pelo Sr. Secretário Municipal.

Não é demais, frisar que na justificativa de aquisição apresentada pelo Secretário da SEMAT, este afirmou que a aquisição destina-se a atender à Secretaria de Administração e demais secretarias não gestoras!! Ora, dentro da amplitude que envolve o serviço público, é perfeitamente possível, sim, necessitar-se da utilização dos itens apontados.

No tocante aos quantitativos, esses constam, sim, do processo, conforme demonstra-se pela tabela que segue anexada, cuja cópia foi extraída dos autos físicos do Pregão Eletrônico nº 9-003-2021, quantitativo que considerou a aquisição dos itens listados nos últimos anos pelas Secretarias Municipais de Barcarena envolvidas no processo, sendo elas em número de 12 (doze), considerando, também, o aumento no decorrer dos anos.

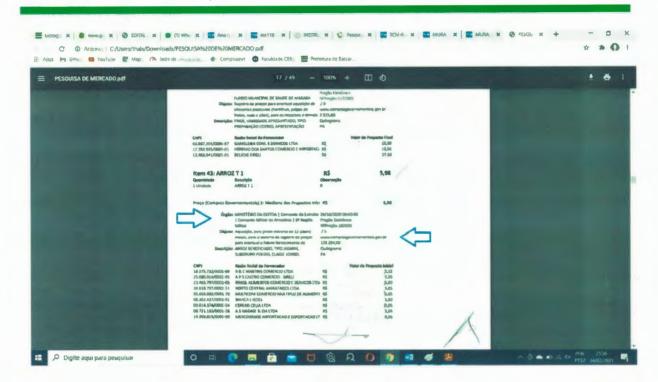
Saliente-se, que a norma apontada como descumprida, qual seja, o Art. 6°, inciso IX, alínea "f", art. 7°, § 4°, são exigências legais para os processos que visam a contratação para realização de **obras.**

Hoje, sabedores que esta C. Corte de Contas faz questão de que esteja, também, a justificativa dos quantitativos a serem licitados inseridas no mural de licitações, passaremos a observar tal regramento, ressaltando que este estudo prévio <u>foi feito e consta do</u> processo licitatório realizado.

<u>3. Quanto à Pesquisa de Preços Inadequada</u>, tememos em dizer que tal fato não condiz com o Pregão Eletrônico nº 9-003/2021, visto que foram, sim, realizadas adequadamente as pesquisas de preço a balizarem as aquisições pretendidas.







Para tanto, utilizou-se do Sistema Banco do Preço para a cotação, sistema este com base de dados que buscam preços de processos licitatórios realizados em outros órgãos públicos de todos os entes federativos, realizados inclusive no *comprasnet*, sistema muito similar ao Painel de compras, utilizado pelo Governo Federal para dar parâmetro aos processos licitatórios por ele realizados.

Ressalta-se que a disparidade nos preços apurados pelos técnicos subscritores da Informação 132/2021 não se mostra hábil a sugerir, como feito, um sobrepreço. Ao contrário, há itens cotados, inclusive, com preços inferiores ao painel de preços tomado por base na comparação feita na referida peça informativa, a exemplo: arroz agulhinha, cujo valor médio cotado no painel de preços foi de R\$ 5,03 e na no presente certame está cotado a R\$ 4,25; o Azeite 250ml, que no painel de preços custa em média R\$ 16,71, no presente processo foi cotado a R\$ 10,76.

Ressalte-se que quanto a este item (Azeite 250ml), os parâmetros comparativos utilizados na tabela constante da Informação 132/2021 colocam preços que foram cotados para o Azeite de 500ml e não de 250ml, não podendo, portanto, comparar itens com conteúdo quantitativo distinto!





Assim, temos que, a despeito do apontamento técnico feito, o valor médio estimado do gasto está, sim, dentro daquilo que é praticado pelo mercado para os itens licitados.

No entanto, cabe destacar que, ao verificarmos os apontamentos feitos quanto a diferença de valores médios estimados de gasto entre os processos licitatórios de Barcarena, a autoridade, ou seja, o Prefeito Municipal, resolveu cancelar o processo para que seja feita nova cotação e, dentro da possibilidade, fazer uma única compra dos itens de mesmo gênero e quantidade, evitando, assim, a disparidade de preços apontada.

Do mesmo modo que, buscaremos, sim, novas fontes de referência. com vistas a ampliar a pesquisa de mercado, na busca de melhores preços.

Como dito, o Pregão Eletrônico 9-003/2021 foi revogado, conforme demonstra-se por decisão do Exmo. Sr. Prefeito Municipal, a qual foi devidamente publicada nos órgãos de imprensa oficial, dando-se ciência aos competidores do certame, com vistas a atender às sugestões dadas por esta C. Corte de Contas, através desta D. Controladoria.

Anexados seguem documentos que comprovam as alegações ora apresentadas, sobretudo quanto à revogação do certame sustado por este D. Conselheiro Relator.

Certos de termos prestado os esclarecimentos devidos, subscrevemos, renovando nossos mais sinceros votos de elevada estima e consideração, colocando-nos a disposição para esclarecimentos adicionais que ainda se fizerem necessários.

Respeitosamente,

JOSÉ RENATO OGAWA RODRIGUES

Prefeito Municipal de Barcarena

THAIS SILVA QUARESMA

Presidente da CPL/BARCARENA

MILSON PAULO MORAES ALTENHOFEN

Controlador Interno

A